XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS 27 A 31 DE JULHO DE 2015 FLORIANÓPOLIS - SC

UMA NOVA ESPERANÇA? O PCB E A FRENTE POPULAR ALAGOANA DE 1986

Rodrigo José da Costa*

As eleições estaduais de 1986 foram um marco no restabelecimento do regime liberal-democrático no Brasil. Recém saído de uma ditadura que durara mais de duas décadas, o país foi às urnas em 15 de novembro para a escolha de governadores – cuja a eleição direta havia sido suspensa ainda na década de 1960 e somente permitida nas eleições anteriores, em 1982. No período anterior a escolha do executivo estadual foi feita de forma indireta pelos governos militares. O presente pleito, que também visou a composição das Assembleias e Câmara Legislativas, carregava um significado mais importante: a eleição da bancada federal responsável pela elaboração da nova carta constitucional, instrumento que selaria de vez o rompimento com a legislação autoritária herdada da ditadura.

Para o Partido Comunista Brasileiro (PCB) essas eleições também marcaram um momento especial. Com pouco mais de um ano de vida legal e, já àquela altura o mais longevo partido do cenário político nacional, o PCB, que durante grande parte de sua existência havia sido compelido à clandestinidade, concorreu às eleições com candidatura própria, sem precisar que seus militantes recorressem a outras legendas para disputarem o pleito.

Ainda assim, o partido vivia um momento delicado. Se, em tese, sua política de superação do regime militar a partir da formação de uma ampla frente democrática havia logrado êxito, os desdobramentos do processo de abertura iniciado na segunda metade da década de 1970, a emergência do Novo Sindicalismo, o surgimento de outros partidos políticos – que ao reivindicar a representação dos trabalhadores, se tornavam concorrentes do PCB, como o Partido dos Trabalhadores (PT) – além das baixas que o partido sofreu durante a ditadura, impuseram uma série de obstáculos cuja resposta deveria ser imediata.

No começo da década de 1980, o debate em torno da questão democrática ressoou forte dentro do partido. Muitos defenderam a manutenção da proposta de frente ampla contra a ditadura e combateram a concepção instrumental da democracia adotada no passado. Para alguns de seus militantes, a organização havia se distanciado dos princípios revolucionários e perdido sua identidade de classe. Em vez de assumir o papel de vanguarda do proletariado, o

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq/Brasil.

PCB estava se transformando num partido reformista, próximo da social democracia (PANDOLFI, 2007, p. 226)[1].

Maria Alice Carvalho aponta que, quando o PCB aprofunda sua orientação democrática em meio a um intenso movimento de massas contra o regime militar, era razoável supor que o acerto de sua política favorecesse a elaboração de uma práxis coerente com ela. Mas, na visão da autora, "o PCB não soube ganhar" (2007, p. 264). E a experiência acumulada na luta por uma sociedade progressivamente mais justa e democrática, se não se perdeu de todo – pois acabou incorporada como ponto de passagem obrigatório à reflexão de esquerda no Brasil –, não lhe serviu como plataforma para sua própria refundação.

É assim que, em fins da década de 1970, o argumento democrático se desvencilhou da sua subordinação à questão nacional, estabelecendo-se a conquista das liberdades democráticas como foco central da luta comunista. Em maio de 1978 se consagrou a via eleitoral como "forma superior de luta" e, em novembro daquele mesmo ano, uma nova resolução política do Comitê Central sustentou que, para os comunistas, "luta pela democracia é parte integrante da luta pelo socialismo", sendo a frente antifascista indiferente aos interesses econômicos das forças que a compunham.

Muitos fatores colaboraram para a vitória, naquele momento, da concepção de democracia progressiva, considerando-se que tal concepção não era inteiramente estranha à Declaração de Março de 1958 e ao VI Congresso, em 1967. Mas, em ambos, persistiu um viés terceiro-mundista, o que conferiu limites severos à nova identidade que a questão democrática fomentava entre a militância comunista.

Não obstante esses impasses, em 1980, houve o rompimento do secretário geral do PCB, Luís Carlos Prestes, o qual ocupara o cargo desde a década de 1940. Discordando da linha assumida pelo partido, Prestes, que se encontrava exilado em Moscou desde 1971, viu fortalecer-se a corrente antiprestista no interior da agremiação. O "Cavaleiro da Esperança" foi acusado por seus companheiros de ser "personalista, caudilho, autoritário e esquerdista" (PANDOLFI, Op. cit., p. 237).

Em março de 1980, Prestes, que havia retornado ao Brasil em outubro de 1979, após a decretação da anistia, elaborou uma "Carta aos Comunistas", criticando as posições "reformistas" assumidas pelo partido. Denunciava a falência da direção, responsabilizando-a

[1] Em 2014, o historiador Daniel Aarão Reis publicou a biografia do líder comunista, abarcando toda a sua trajetória política e pessoal ao longo de praticamente todo o século XX. Ver REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes.* São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

pela prisão e morte dos dez membros do Comitê Central assassinados pelos órgãos policiais em 1974. Destituído do cargo de secretário-geral, que passou a ser ocupado por Giocondo Dias, Prestes, procurou, sem sucesso, o apoio da União Soviética. Em junho de 1980, juntamente com sua mulher, viajou a Moscou para apresentar suas divergências com os comunistas brasileiros. Em vão. O interlocutor privilegiado dos soviéticos era o PCB, não mais Prestes.

Dito isto, meu objetivo neste artigo é analisar a participação da seção estadual do PCB na Frente Popular alagoana, composta por outros partidos de esquerda, tais como o Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PDT), que se arregimentou com o objetivo de participar das eleições estaduais em 1986. Nas linhas que seguem, procurarei abordar os debates e os impasses surgidos na organização da Frente, o posicionamento de seus atores políticos e os desafios enfrentados, principalmente pelo PCB, no cenário político recém-inaugurado da Nova República.

Inserido num esforço de pesquisa mais amplo[2], este texto visa contribuir com um período ainda pouco estudado da trajetória pecebista, o período compreendido entre a reorganização do partido no final da década de 1970 e início da seguinte, um interregno de tempo onde a agremiação se reestruturou, obteve a legalidade e, por fim, a extinção diante da crise resultante das transformações, tanto internas quanto externas, pelas quais passava o mundo comunista no período em que a Guerra Fria caminhava para o seu fim. Da mesma maneira, procuro adentrar numa temporalidade ainda pouco abordada pelos historiadores, que só recentemente tem dado atenção ao processo de transição o qual restabeleceu o regime liberal democrático no país[3].

A formação da Frente: debates e impasses

As articulações para a criação da Frente Popular alagoana, que disputou as eleições de 15 de novembro de 1986, começaram a ser tecidas já no início daquele ano. O programa da Frente começou a ser discutido concretamente já na primeira semana de fevereiro. Em

[2] Os resultados apresentados neste texto dizem respeito a pesquisa de doutoramento que venho realizando junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

[3] Apesar do aumento exponencial em relação ao número de pesquisas e de trabalhos publicados sobre o Golpe Civil e Militar bem como a Ditadura que o sucedeu, ainda são relativamente poucos os trabalhos que tratam do período final do Regime Militar idem o período de transição para a Nova República. Cito dois exemplos, os trabalhos de AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014 e TEIXEIRA, Francisco Carlos. "Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil" In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.) *O Brasil Republicano.*O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 4.

princípio, seria formado um colegiado com dois representantes de cada um dos quatro partidos e cada um apresentaria um esboço dos principais interesses políticos de cada legenda (COLEGIADO..., 1986, p. A-3)[4]. Em uma entrevista a um programa de rádio de Maceió, o jornalista Anivaldo de Miranda, explicou que:

> "Esta Frente Popular não é de esquerda, não é socialista, não é comunista. É como o próprio nome diz, uma alternativa concreta em busca de verdadeiras mudanças. Por isso mesmo vamos tentar elaborar um programa de trabalho único, onde estejam todas as principais reivindicações da população e que são igualmente destes partidos que a compõem"

Ainda de acordo com o entrevistado, a Frente Popular vinha sendo reforçada a cada dia, fator que havia suscitado interesse de alguns – assim nomeados por Miranda – "grupos progressistas" do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), depois que alguns membros participaram da reunião da Frente na semana anterior. Desta reunião participaram representantes de todos os partidos que compunham a Frente Popular, além da deputada Selma Bandeira e dos vereadores Freitas Neto, Guilherme Falcão, Fernando Costa e de Kátia Born.

Uma vez elaborado o programa, o passo seguinte seria o lançamento oficial em praça pública da Frente Popular, além do lançamento de um jornal que traduzisse exatamente os princípios defendidos por ela. Segundo Miranda,

> "Vamos partir para discutir coisas concretas verdadeiramente. Porque até agora falou-se em mudanças, mas nada mudou neste Estado. É isso que a Frente Popular se predispõe. Concretizar as aspirações mais urgentes da classe trabalhadora, do homem do campo, do morador da periferia etc."

Aspecto importante a ser observado na declaração de Miranda, é a sua preocupação em afirmar que a "Frente Popular não é de esquerda, não é socialista, não é comunista". Numa sociedade como a alagoana, onde o anticomunismo constituiu um forte obstáculo à atuação dos grupos de esquerda durante grande parte do século XX, tendo se aprofundado com a instauração da ditadura em 1964, a fala de Miranda talvez nos forneça um importante indício: a percepção da fragilidade vivida pela Nova República nos seus momentos iniciais. Fragilidade que só desapareceria com a feitura de uma nova Constituição, onde estariam resguardados os princípios das liberdades democráticas.

[4] COLEGIADO irá elaborar agora o programa da Frente Popular. In: *Jornal de Alagoas.* Maceió, 04/02/1986, p. A-3.

Dias depois, em entrevista ao *Jornal de Alagoas*, o sociólogo Dário Bernardes, membro da Direção Estadual do PCB defendeu a ampliação da "Frente Popular como única forma de viabilizar um projeto eleitoral para 15 de novembro" (COMUNISTA..., 1986)[5]. Em sua declaração, Bernardes deixou claro que o PCB não estava satisfeito com a atual composição da Frente, para ele ainda muito estreita para se tornar a "Frente Popular" que o seu partido desejava.

Para o dirigente comunista a "Frente Popular", precisava ter muita força orgânica, além de posições corretas para enfrentar o poderio das duas fortes alternativas que se desenhavam em Alagoas, a saber, o PMDB e o Partido da Frente Liberal (PFL). Segundo Bernardes, como desejavam ganhar as eleições, urgia a necessidade de ampliar a "Frente Popular". A atual composição – PDT, PSB, PT e PCB – ainda era insuficiente. Frisava a importância que setores do PMDB se aglutinassem a Frente, que o MR-8 (CAMURÇA e AARÃO REIS, 2007) se definisse publicamente sobre a sua adesão, que setores do PFL ingressassem neste projeto, enfim, que houvesse uma ampliação dos espaços da Frente, principalmente no interior do estado, onde segundo o comunista, "não somos fortes".

De acordo com Bernardes "a estrutura da "Frente Popular na capital era muito boa". A soma dos números de militantes dos quatro partidos integrantes além dos reforços "naturalmente atraídos" por ela, fazia com que fossem a maior força em termos de capacidade de mobilização. Afirmou ainda que a Frente tinha condições de colocar mais de mil pessoas, em Maceió, trabalhando em seu projeto, ou seja, os militantes e filiados ao PSB, PDT, PT e PCB, além dos integrantes do PMDB os quais se aproximavam da sua proposta poderiam muito bem levar uma campanha de nível e com uma participação bastante ativa. Concluindo, Bernardes afirmou: "'A Frente Popular' é fato novo na política alagoana, ela é estimulante. É a novidade que empolga".

No dia 27/02/1986 o *Jornal de Alagoas* noticiou sobre o lançamento oficial, para a população, da Frente Popular, que aconteceria em sete de março. Além dos quatro partidos, haviam se associado à Frente um grupo de dissidentes do PMDB, formando um novo bloco político. Segundo o jornal, o evento seria caracterizado como um ato público, contando com lideranças expressivas dos partidos que a representavam (FRENTE..., 1986)[6].

[5] COMUNISTA prega a ampliação da Frente Popular em Alagoas. In: *Jornal de Alagoas.* Maceió, 15/02/1986.
[6] FRENTE Popular tem lançamento oficial no dia 7 de março. In: *Jornal de Alagoas.* Maceió, 27/02/1986.

Por ocasião do lançamento oficial da Frente Popular, seria distribuído com a população a carta programa, elaborada com base na sugestão dos partidos nela contidos, e que representava os princípios básicos para que a Frente viesse apoiar um candidato ao Governo do estado.

Ainda de acordo com o jornal, na decisão da última reunião do grupo, quando surgiu a proposta de apresentação pública da Frente, foi sugerido que cada um dos partidos se mobilizasse no sentido de fazer presente alguns de seus representantes nacionais. Dentre aqueles, já estaria confirmada a presença do senador Jamil Haddad do PSB, e existiam convites, ainda a serem confirmados, do governador Leonel Brizola, pelo PDT, do presidente do PT, Luiz Inácio da Silva, Marcelo Cerqueira, presidente do PSB e Jarbas Vasconcelos, prefeito de Recife, também pelo partido; e Roberto Freire, do PCB, dentre outras lideranças.

Entretanto, o local para realização do ato ainda não havia sido confirmado, e deveria ser definido na reunião semanal da Frente Popular, bem como o acerto dos detalhes finais acerca do lançamento, e as definições das lideranças que estariam presentes. A matéria aponta que no dia anterior, a Frente Popular esteve reunida com o presidente regional do PMDB, Alcides Falcão, para tratar das possibilidades de coligação das oposições, com vistas ao pleito de novembro próximo. Segundo o jornal *Gazeta de Alagoas*, Falcão, reafirmou seu empenho em buscar a unidade das oposições no estado e disse que o PMDB tinha boa vontade ao entendimento (COLIGAÇÃO..., 1986, p. 2)[7]. Nessa mesma matéria continha a posição do ex-vereador Nilson Miranda (PCB), sustentando que o Partido Comunista Brasileiro não seria obstáculo ao entendimento. Segundo Miranda, "a visão dos comunistas é pelas reformas almejadas por todos alagoanos e no caso da união das oposições não devem ser consideradas siglas, nem denominações".

O entendimento, porém, parece não ter sido possível. Antes da data prevista para o lançamento da Frente, quatro vereadores do PMDB – Fernando Costa, Guilherme Falcão, Kátia Born e Freitas Neto – deixaram a legenda para o ingresso no PSB, onde já se encontrava uma ala dissidente do PMDB (EM GRUPO, 1986)[8]. Freitas porém, acabou por se filiar ao PCB, possibilitando ao partido uma representação inédita na Câmara Municipal (ASSUMIDO, 1986)[9].

---

[7] COLIGAÇÃO das oposições será definida hoje. In: *Gazeta de Alagoas.* Maceió, 26/02/1986, p. 2 e 3.
[8] EM GRUPO. In: *Jornal de Alagoas.* Maceió, 04/03/1986.
[9] ASSUMIDO. In: *Tribuna de Alagoas.* Maceió, 25/04/1986. O PCB elegeu três deputados estaduais – André Papini Gois, José Maria Cavalcante e Moacir Andrade – nas eleições legislativas de 1946, cujos mandatos foram cassados em 1948 depois que a legenda comunista foi proibida pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1947. Nilson Miranda militante do PCB foi eleito vereador pelo Partido Social Progressista (PSP) em 1963, acabou cassado quando da instauração da Ditadura em 1964.

O motivo do racha residia na aceitação por parte do PMDB da filiação de Fernando Collor de Melo às fileiras da agremiação. Eleito deputado federal pelo Partido Democrático Social (PDS) em 1982, Collor, que àquela altura já havia sido prefeito de Maceió (1979-1982), surgira na cena política vinculado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido criado em 1965 com a finalidade de dar sustentação política ao governo militar. A crise no PMDB se agravou a medida que o nome de Collor foi o escolhido para concorrer ao governo do estado nas eleições de novembro de 1986, o que causou a debandada de um número considerável de seus militantes para outras legendas.

Assim, antes mesmo do seu lançamento a Frente Popular já encontrava diante de um dilema. Com a rejeição da proposta de coligação com o PFL, restava à Frente lançar um candidato próprio ao governo. O problema que se apresentava era a escolha de um nome forte capaz de enfrentar tanto o PMDB quanto o próprio PFL (NOME FORTE, 1986)[10]. A rejeição a qualquer entendimento foi frisada por uma declaração do militante do PSB Eduardo Davino onde, ao se posicionar contra o apoio da Frente Popular ao PFL, disparou: "Se o PFL quiser apoiar um candidato da Frente Popular ao governo, é outra coisa" (CONTRA APOIO, S/D)[11].

A recusa foi oficialmente ratificada no dia 20/03/1986 quando os quatros partidos reunidos, decidiram pela não coligação com a chapa PFL/PDS. O presidente do PSB, Dênis Agra, explicou que a Frente Popular não entrou no mérito dos nomes apresentados pelo governador José Tavares, interlocutor da proposta para a composição da chapa majoritária, mas optou pela sua rejeição. No encontro com o governador foi apresentada a conclusão da reunião realizada à tarde, na sede do PSB. Participaram da reunião o presidente regional do PDT, Moura Rocha, os militantes do PCB Cícero Péricles e Nilson Miranda, e do PT e PSB, representados por Régis Cavalcante e Dênis Agra, respectivamente (FRENTE..., 1986)[12].

Agra afirmou ainda que a Frente Popular havia marcado para o dia 6 de abril o anúncio de sua posição sobre o quadro sucessório estadual, não estando descartada a possibilidade de apresentar um nome próprio para concorrer à disputa majoritária. "Não entramos no mérito dos nomes que nos foram apresentados pelo governador José Tavares. O que decidimos foi que não iremos nos coligar com o PFL/PDS", disse Dênis. Os dois nomes apresentado para discussão com a Frente Popular foram os do deputado federal José Thomaz Nonô Neto e do empresário

[10] NOME FORTE. In: *Jornal de Alagoas.* Maceió, 06/03/1986.
[11] CONTRA APOIO. In: *Gazeta de Alagoas.* S/D.
[12] FRENTE Popular rejeita coligação com PFL/PDS. In: *Gazeta de Alagoas.* Maceió, 21/03/1986.

Geraldo Sampaio. O presidente do PSB adiantou a possibilidade da Frente Popular vir apoiar a sugestão do PDT para lançamento da candidatura de Geraldo Sampaio ao governo do estado.

Mais de um mês depois, o nome do conselheiro do Tribunal de Contas Geraldo Sampaio, seria confirmado. O anúncio feito pelo presidente estadual do PDT, José de Moura Rocha, apontava Sampaio como candidato ao governo do estado pela Frente Popular (FRENTE..., 1986)[13]. Segundo Moura, a Frente havia feito um apelo a Geraldo que acabou aceitando o desafio. Ainda de acordo com Moura, este garantiu que o surgimento do nome de Sampaio não seria repentino, pois desde 1982 seu nome havia sido ventilado, quando se procurava uma forma de trabalho unitário com vistas a presente eleição.

O presidente do PDT fez questão de frisar que não foram as desavenças ocorridas no PMDB que motivaram o lançamento do candidato da Frente Popular. "O que determinou o lançamento foi a indefinição, a falta de identidade que está existindo dentro do PMDB", afirmou Moura. No seu entender, o PMDB havia se descaracterizado por completo e nada mais seria novidade no partido.

Nilson Miranda (PCB) também apontaria os equívocos tomados pelo PMDB, que segundo ele estaria incorrendo "nos mesmos erros do PMDB paulista, ou seja, estaria se comportando com muito triunfalismo e pouca sensibilidade tática" (A FRENTE..., 1986)[14]. No que tange a outra coligação formada por PFL/PTB/PDS, Miranda afirmaria se tratar de "uma coligação à deriva, sem leme e sem rumo certo". Sobre a posição do PCB com relação às eleições majoritárias, Miranda afirmou:

> "Estamos lutando pelo fortalecimento e ampliação da Frente Popular, como uma alternativa democrática para a Alagoas. O PCB não entra na discussão de nomes e siglas, nossa preocupação é a definição do projeto político de cada partido ou coligação. A Frente Popular tem se constituído como uma alternativa política para todos que lutam pelo fim do continuísmo em nosso Estado".

A solução apontada, porém, não se concretizou. Geraldo Sampaio acabou por renunciar da sua candidatura à disputa ao governo alegando, em carta endereçada à Frente Popular, estar impedido por Lei de se filiar a partidos políticos, descartando assim, a hipótese de vir a se afastar do Tribunal de Contas como era exigido pela legislação (SAMPAIO, 1986)[15].

---

[13] FRENTE popular aponta Geraldo seu candidato. In: *Jornal de Alagoas.* Maceió, 09/04/1986.
[14] A FRENTE como alternativa. In: *Jornal de Alagoas.* Maceió, 09/04/1986.
[15] SAMPAIO também renuncia candidatura ao Governo. In: *Gazeta de Alagoas.* Maceió, 29/04/1986.

Para estar apto a candidatura, Sampaio teria de pedir afastamento até 15 de maio, quando terminaria o prazo para a desincompatibilização de quem desejaria concorrer a cargos eletivos naquele ano. Restava a Frente Popular a procura por um substituto e o nome que parecia mais certo era o do deputado estadual Ronaldo Lessa, cujo havia recebido o apoio de Sampaio quando este último formalizou oficialmente sua renúncia. O nome de Lessa foi bem recebido, por exemplo, pelo comunista Nilson Miranda, que em meio a uma reunião do PMDB com a Frente Popular, comentou a possibilidade do deputado do PSB ser candidato a governador e antecipou: "Se ele for eleito, aceito ser o Secretário de Segurança Pública do seu governo" (SECRETÁRIO..., 1986)[16].

A incorporação de Lessa junto a Frente Popular, no entanto, esteve longe de acontecer de maneira natural. Nas semanas imediatamente posteriores à sua indicação, ele não foi procurado por nenhum partido para discutir sua possível candidatura ao governo do estado. O deputado revelou que seu nome foi apenas lançado pelo empresário Geraldo Sampaio, que não quis concorrer ao governo, os partidos, segundo ele, ainda não haviam se posicionado. Afirmou ainda que amigos seus o estavam aconselhando a não aceitar o "sacrifício", por entender ser uma "fria", pois entendiam que sua reeleição a Assembleia Legislativa estava assegurada (FRIA, S/D)[17]. Ainda assim, Lessa disputou as eleições ao Executivo estadual pela Frente Popular.

As indefinições não pararam por aí. Numa matéria chamada "Progressistas querem cargos", o jornal *Gazeta de Alagoas* demonstrou como as tensões existentes na Frente Popular ultrapassavam as questões programáticas ("PROGRESSISTAS"..., 1986)[18]. Segundo o periódico:

> "Para quem reivindica a condição de "partidos progressistas", o PSB e o PDT até que tem demonstrado incomum desenvoltura na arte do conchavo fisiológico, reivindicando cargos no governo José Tavares para fechar o acordo que vêm negociando com o PFL e seu aliado, o PDS."

Ainda de acordo com a matéria, perplexos com essa desenvoltura, os outros dois integrantes da "Frente Popular", PCB e PT, estavam cada dia mais próximos da constatação de que "poderiam sobrar, a qualquer momento", afinal, se recusavam a participar desse tipo de

[16] SECRETÁRIO comunista. In: *Gazeta de Alagoas.* Maceió, 11/03/1986.
[17] FRIA. In: *Gazeta de Alagoas.* S/D.
[18] "PROGRESSISTAS" querem cargos. In: *Gazeta de Alagoas.* Maceió, 14/03/1986.

negociação com políticos governistas. Retratados pelo jornal como "politicamente coerentes e eticamente responsáveis", PCB e PT não queriam jogar para o alto toda uma história de lutas:

> "O PCB completará seus 63 anos no próximo dia 25, a maioria dos quais vivenciados na clandestinidade, com sangue, suor e lágrimas. O PT, que nasceu da luta dos trabalhadores do ABC paulista, sob os cassetetes dos militares, também tem o dever de preservar suas bandeiras.

A matéria concluía que "a briga fisiológica por cargos é prática política que, tudo indica, será sepultada em Alagoas no próximo dia 15 de novembro". E os partidos de esquerda, efetivamente progressistas, "tinham compromisso com o futuro".

Em meio aos impasses, a necessidade das definições se tornavam cada dia mais imperantes. Em julho, o PCB definiu os seus candidatos às eleições: Nilson Miranda concorreria a uma vaga na Assembleia Estadual enquanto o vereador Freitas Neto disputaria uma das duas vagas ao Senado (CHAPA..., 1986)[19]. Posteriormente o Partido Liberal (PL) se juntou a Frente Popular e os nomes inicialmente apontados para a disputa do Senado foram os de Lauro Farias(PL) além do já mencionado Freitas Neto (NO MESMO..., 1986)[20]. Dois candidatos seriam escolhidos entre os nomes de Mauricio Gondim (PDT), Kátia Moreira (PSB) e Adelmo dos Santos (PT). Destes, Gondim e Moreira foram os indicados (GAZETA..., 1986)[21].

Quando do início da campanha, Nilson Miranda foi elogiado pelo *Jornal de Alagoas*, já que, segundo o periódico, mesmo começando sua campanha atrasado Nilson "já começa a empolgar não só seus camaradas de 'Partidão', bem como os eleitores" (DISCURSO..., 1986)[22]. O jornal afirmou que nos comícios da Frente ele era o mais aplaudido e o que tinha o discurso mais firme. Se comentou na matéria que sua campanha iria crescer mais ainda depois do início do horário gratuito na TV, pois Nilson havia aprendido a utilizá-la muito bem na campanha para prefeito de Maceió no ano anterior. O jornal concluía que ele sairia na frente de todos, pois é reconhecido como um candidato sério, que não se perde em ataques pessoais e ganha apresentando propostas concretas. Prática esta que vinha mantendo em sua campanha nos comícios da Frente Popular.

O resultado das eleições acabou por sacramentar a derrota da Frente Popular tanto no âmbito executivo quanto legislativo. De um total de 905.630 eleitores, o resultado apontou

[19] CHAPA comunista. In: *Jornal de Alagoas.* Maceió, 02/07/1986.
[20] NO MESMO dia. In: *Jornal de Alagoas.* Maceió, 02/07/1986.
[21] *GAZETA de Alagoas.* Maceió, 02/07/1986.
[22] DISCURSO firme. In: *Jornal de Alagoas.* Maceió, 01/09/1986.

112.056 votos em branco (12,37%) e 36.023 votos nulos (3,98%). Fernando Collor (PMDB) foi eleito governador com um percentual de 52,83% dos votos enquanto que o candidato da Frente Popular, Ronaldo Lessa obteve 3,97%.

Quadro 1- Resultado das eleições para governador[23]

Candidatos a governador do estado	Coligação	Votação	Percentual
Fernando Collor PMDB	Mudança e Renovação (PMDB, PCdoB, PTB, PSC)	400.246	52,83%
Guilherme Palmeira PFL	Aliança Liberal Cristã (PFL, PDS, PDC)	327.232	43,20%
Ronaldo Lessa PSB	Frente Popular (PSB, PDT, PT, PCB, PL)	30.073	3,97%

Para o Senado foram eleitos o ex-governador Divaldo Suruagy (PFL) e o deputado Teotônio Vilela Filho (PMDB). Os dois candidatos da Frente Popular, Luis Farias e Freitas Neto amargaram, respectivamente, penúltimo e último lugares na votação.

Quadro 2- Resultado das eleições para senador[24]

Candidatos a senador da República	Coligação	Votação
Divaldo Suruagy PFL	Aliança Liberal Cristã (PFL, PDS, PDC)	334.137
Teotônio Vilela Filho PMDB	Mudança e Renovação (PMDB, PCdoB, PTB, PSC)	332.904
Mendonça Neto PMDB	Mudança e Renovação (PMDB, PCdoB, PTB, PSC)	202.408
João Lyra PMDB	Mudança e Renovação (PMDB, PCdoB, PTB, PSC)	121.709
Luiz Mendes de Barros PFL	Aliança Liberal Cristã (PFL, PDS, PDC)	70.555
João Azevedo PFL	Aliança Liberal Cristã (PFL, PDS, PDC)	61.324
Rubens Vilar PMDB	Mudança e Renovação (PMDB, PCdoB, PTB, PSC)	34.719
Luiz Farias PSB	Frente Popular (PSB, PDT, PT, PCB, PL)	26.531
João Vicente Freitas Neto PSB	Frente Popular (PSB, PDT, PT, PCB, PL)	25.171

As noves vagas disponíveis para a Câmara Federal foram ocupadas pelo PMDB e pelo PFL, cada um ocupando quatro cadeiras, ficando a vaga restante com o PTB. Na Assembleia

[23] Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Visitado em 10/02/2015.
[24] Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Visitado em 10/02/2015.

Estadual, foram eleitos 27 parlamentares com as bancadas assim distribuídas segundo o número de vagas: PFL dez, PMDB sete, PTB seis, PDT três, PSB uma. Nos dados *online* do TRE-AL, não consegui encontrar as relações nominais dos parlamentares votados, apenas a distribuição dos eleitos por seus respectivos partidos.

Em um ensaio publicado em 1993, o economista Cícero Péricles de Carvalho – dirigente do PCB em 1986 – afirmou que nas eleições de novembro de 1986, as duas grandes coligações em disputa contavam com todos os elementos para vencer uma eleição: apoio financeiro dos grandes grupos econômicos, espaço nas rádios e televisões, estrutura material de fortes chapas proporcionais (CARVALHO, 1993, p. 48). O governador em exercício, José Tavares, que havia tido o seu nome preterido para disputar o governo pelas forças situacionistas de então, deu apoio ostensivo à candidatura do PMDB numa atitude de retaliação contra as lideranças do PFL/PDS, desequilibrando a eleição a favor de Fernando Collor. Neste quadro, venceu uma parcela da velha classe política, reconduzida ao poder com uma nova roupagem, que aparentava um suposto interesse em viabilizar as mudanças que o dramático quadro social exigia e que se ampliara sob os vários governos estaduais da ARENA/PDS (Idem, p. 49).

O PCB e a Frente Popular: esperança e decepção

No plano político geral, o PCB viveu um impasse em relação a participação no processo eleitoral constituinte. Marco Aurélio Santana aponta como a orientação política do partido – que se refletia na sua postura no campo sindical – de *lutar para negociar, negociar para mudar* (SANTANA, 2001), trouxera uma série de problemas tanto na esfera política institucional quanto no movimento operário. De acordo com o autor, a postura assumida pelos comunistas acabava por fazer com que estes se colocassem numa encruzilhada, se de um lado, a sua estratégia de fornecer apoio ao processo de transição para a Nova República e, posteriormente à Aliança Democrática acabou por transformá-lo num avalista do governo Sarney; do outro lado, a postura de enfrentamento e de crítica à política governamental possibilitava o crescimento do PT e da CUT no seio movimento sindical.

Ainda de acordo com Santana, o PCB, de forma geral, participará de todo o processo constituinte indicando, além de sua importância, os perigos nele embutidos. Preocupava-se com as ações dos grupos mais radicais baseando-se na lógica da fragilidade da transição e na possibilidade, sempre temida pelo partido, de recuo (Idem, p. 261).

Dulce Pandolfi afirma que a direção do PCB admitia a pequena inserção do partido (PANDOLFI, 1994). Entretanto, segundo a autora, a crença era a de que o crescimento e o

fortalecimento do partido seriam uma decorrência natural do avanço da democracia, um desdobramento da transição democrática que só completaria o seu ciclo com a promulgação de uma nova Constituição.

O ponto crucial nesta encruzilhada se resumia no seguinte: o antigo partido da insurreição e da revolução estava se afirmando, na década de 1980 como o partido da legalidade e da ordem. Pandolfi chama a atenção para a preocupação de diversos militantes com a identidade do PCB, a qual não era apenas retórica ou simples decorrência da diversidade interna ou da convivência (pacífica ou conflituosa) das várias correntes que se depararam com dilemas constitutivos que fizeram a história do PCB (Idem, p. 232).

Em terras alagoanas, formação da Frente Popular foi encarada como um manancial de possibilidades pelo PCB. Sua participação na Frente foi pautada pelo documento "Programação da Campanha" cujo primeiro parágrafo dá mostras das expectativas que o partido tinha sobre o pleito: "Nossa meta é a eleição de um deputado estadual. O nome escolhido foi o do camarada Nilson Miranda" (PROGRAMAÇÃO..., 2011, p. 183-4)[25]. Estipulando a existência de um eleitorado de 950.000 votantes, 250 mil na capital e 700 mil no interior, o documento previa, segundo "cálculos dos conhecedores da política eleitoral alagoana", que a Frente Popular deveria eleger entre quatro e cinco deputados estaduais e um deputado federal, podendo ampliar este número. Para eleição de um deputado estadual seria necessário entre 7 e 8 mil votos para eleger alguém da Frente Popular.

O documento previa que o trabalho deveria ser centrado na capital. Maceió com 28 bairros, 47 favelas e 16 conjuntos habitacionais, merecia toda a atenção num eleitorado de mais de 250 mil votos. Sabendo das limitações que possuíam, os comunistas reconheciam "o eleitorado da capital como mais acessível às nossas propostas". A militância estava concentrada em Maceió e isso faria os seus recursos serem otimizados.

O desafio residia na expansão para o interior do estado. Era preciso fazer um levantamento minucioso de todos os contatos nos municípios alagoanos – partidários ou não –, para que se pudesse realizar o trabalho eleitoral. O trabalho deveria ser concentrado nos municípios onde o PCB estava organizado. Nas viagens da Frente Popular, qualquer iniciativa da Frente Popular deveria ser aproveitada em relação aos seus candidatos.

A logística da campanha definiu que os comunistas deveriam aproveitar o máximo que a estrutura da Frente Popular pudesse lhes oferecer. A preocupação com material gráfico,

[25] PROGRAMAÇÃO da Campanha. In: MAJELLA, Geraldo (org.). *PCB em Alagoas:* Documentos (1982-1990). Maceió: [s. n.], 2011. (Coleção Documentos Alagoanos), p. 183-184.

carros-de-som e, principalmente, com a imprensa foram levantados. Uma reunião deveria acontecer no mais breve espaço de tempo para discutir o espaço da campanha pecebista nos jornais, rádios e TV.

No final do documento, um ultimato: "Nós não podemos repetir os erros de lançamento das campanhas dos outros candidatos. Temos de fazer um lançamento aberto" A ideia era fazer uma marcha, no centro de Maceió, com fogos, pessoal com camisetas e material de campanha para distribuir. Na Rua do Comércio seria feito um comício rápido.

As pistas fornecidas pelo documento, nos sugerem uma autoimagem do partido no sentido de ainda se entender como uma força política relevante, o que, em se tratando da esquerda brasileira ao longo do século XX, essa afirmação não configura nenhum exagero. Mesmo antevendo as dificuldades, eles acreditavam que poderiam obter êxito e talvez, mais que acreditar, confiavam cegamente nisso. Os indícios? O candidato ao Senado já ocupava uma vaga de vereador na Câmara municipal da capital, o candidato ao legislativo estadual era um militante respeitado pela sua história, obstinadamente perseguido pelos adversários políticos. O que talvez não entendessem é que os tempos haviam mudado, a influência do partido junto aos trabalhadores agora tinha concorrentes. *O* Partido da Classe Operária agora era *um* dos partidos entre os outros existentes.

Diante da derrota sofrida, era hora de se fazer uma avaliação do que causou o infortúnio para a Frente. No documento "Subsídios para a análise das eleições" (SUBSÍDIOS..., 2011, p. 193-6)[26] foi feita a avaliação de que, em termos gerais:

> "as grandes massas dos mais diversos estamentos da sociedade brasileira votaram no projeto de mudança do PMDB; ofereceram um voto de confiança à Nova República; votaram pela consolidação do processo democrático e na renovação das lideranças políticas de norte a sul do país".

Para os comunistas, o resultado das eleições refletia o avanço das forças democráticas, a consolidação da democracia e, mesmo não sendo a composição da Assembleia Nacional Constituinte na sua totalidade progressista, a grande votação obtida pelo PMDB e demais forças progressistas, sob palavras de ordem de mudanças, Reforma Agrária, Constituinte, iria influir certamente na tendência do Parlamento quanto a Constituição democrática.

Em termos nacionais, os resultados eleitorais obtidos pelo Partido foram avaliados como modestos; não traduziam em absoluto a influência que a linha política que o Partido exercia no

[26] SUBSÍDIOS para a análise das eleições. In: MAJELLA, Geraldo (org.). *PCB em Alagoas:* Documentos (1982-1990). Maceió: [s. n.], 2011. (Coleção Documentos Alagoanos), p. 193-196.

processo político de consolidação democrática. Foram eleitos três deputados constituintes (Roberto Freire, Fernando Sant'ana e Augusto Carvalho), enquanto seu aliado preferencial, o PMDB, elegeu a maior bancada, bem como praticamente todos os governadores. Fabricio Pereira da Silva demonstra que o PCB participou dos trabalhos dos trabalhos da Constituinte – tão valorizada pelo partido nos dizeres do autor – extremamente enfraquecido, sem conseguir intervir tão diretamente em seus resultados – malgrado a atuação destacada de seus parlamentares (SILVA, 2005, p. 106).

No âmbito estadual a autocrítica foi mais severa. A Frente Popular, na qual o Partido se engajara eleitoralmente, havia se lançado às eleições "com um discurso não entendido pelas massas como progressista e de conteúdo de mudança, haja vista a insignificante votação obtida em Maceió, o centro político do Estado". A Frente Popular, muito heterogênea, não se lançou disciplinada e organizadamente na campanha, sendo o PCB "a força mais consequente, leal e atuante".

Em termos partidários, a insignificante (em relação ao esforço empenhado pelo Partido) votação obtida pelo Partido traduzia a sua absoluta desvinculação das massas. Nenhum dos dirigentes comunistas pertencia a uma direção sindical, a uma organização de massas, ou estava vinculado ao trabalho ativo nas organizações de massa, e portanto capaz de influir em sua comunidade no processo eleitoral. Segundo o documento, o Partido "lançou-se com denodo ao trabalho eleitoral, principalmente os camaradas jovens". Um dos principais erros apontados foi a não priorização, ao término da campanha, dos setores ou locais onde o partido poderia obter maior votação, como nos bairros que concentravam massas significativas de trabalhadores como Fernão Velho, Rio Largo, Utinga, etc.

A propaganda foi avaliada como falha, dispersiva, pois não havia levantado as palavras de ordem do Partido. Para se fugir ao "estigma comunista", foram omitidas. O candidato, "não sendo um camarada de massas", teve um desempenho discutível, "caindo as vezes no terreno burguês da retaliação, no lugar-comum dos demais candidatos dos partidos burgueses". Porém, haviam elementos positivos. Em termos políticos gerais, as forças mais retrógradas no estado foram derrotadas: o "malufismo" e a candidatura do usineiro João Lyra. A votação consagrada a Collor de Melo, caracterizado no documento como "travestido de peemedebista foi sobre o seu discurso de mudanças e sobre o seu 'jeito simpático', que influiu grandemente no eleitorado feminino".

O PCB não saiu fortalecido numericamente, organicamente e financeiramente do processo eleitoral – segundo sua própria avaliação. Durante a campanha eleitoral o candidato a

deputado estadual recusava-se a ir as massas, participar dos atos na capital e interior. As alianças com os deputados federais não foram proveitosas, Freitas Netto não vinculou sua campanha à de Nilson Miranda, principalmente nos bairros e no interior, onde os candidatos – sobretudo Nilson – não acompanhavam a Frente Popular.

Sobre os partidos componentes da Frente Popular, estes foram caracterizados a partir de uma atuação diferenciada. O PDT foi apontado como a principal força desagregadora da Frente, criando um clima de desconfiança e divisão. O PL atuou "como era se de esperar, como uma aglomeração de oportunistas". O PT foi avaliado como confuso, pouco contribuindo para a Frente. A exceção foi o PSB, cujo o importante papel desempenhado, no discurso e na atuação conjunta com o PCB, foi a força motriz da unidade e seu principal referencial político. Para os comunistas, uma coisa ficava clara: nenhum desses partidos teria ligação com as massas, apesar do discurso progressista.

A participação na Frente Popular foi avaliada como a melhor opção política tendo em vista o projeto PMDB ou PFL ser inviável para o PCB, além de não representar nenhum avanço das forças democráticas em Alagoas.

Gerard Vincent (1992, p. 438)) ao estudar alguns aspectos da vida privada dos comunistas, chama atenção para um traço particular da sua cultura política, o que o autor chama de "recusa pelo 'real'". Partindo do suposto que essa recusa não é característica especifica do militante comunista, sendo ela constitutiva da vida privada em geral, o autor afirma que a negação de uma realidade contestadora do arcabouço teórico defendido *a priori* pelo comunista, serve mais para uma tranquilização pessoal do que para persuadir o outro. Derrotados nas primeiras eleições que disputavam com legenda própria em mais de quarenta anos, os comunistas continuaram – talvez por amor as causas perdidas. Nos pleitos de 1988 e de 1990, eles novamente se reagruparam, estabeleceram metas e prioridades e foram à luta. Num mundo que se transformava em um ritmo cada vez mais avassalador, os comunistas encarnados num Sísifo, continuavam a empurrar a pedra até o topo da montanha, e de novo e de novo...

Palavras finais

Ao longo do texto procurou-se abordar a formação da Frente Popular alagoana nas eleições estaduais de 1986 bem como a participação do PCB nela. Por se tratar de uma pesquisa em fase inicial de desenvolvimento, nenhum dos resultados acima expostos pretende ter qualquer caráter conclusivo. Minha intenção residiu tão somente em demonstrar como a arregimentação da Frente, marcada por uma série de impasses mas também por avanços,

procurou constituir uma alternativa, uma terceira via às duas forças políticas existentes até então, o PMDB e o PFL.

Quanto ao PCB, sua atuação esteve pautada pelos limites tanto nacionais quanto locais que acometiam o partido naquela metade de década. Enredado em contradições que vieram a lhe custar um grande preço político, o partido procurava encontrar o seu lugar na recém inaugurada Nova República. Mesmo com a derrota, o partido seguiu em frente, a batalha perdida não abateu seus militantes. E como haveria de acontecer ainda mais algumas vezes, a crença de que na próxima disputa tudo seria diferente prevaleceu entre os comunistas.

Bibliografia

AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

AARÃO REIS, Daniel. *Luís Carlos Prestes.* São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BERSTEIN. Serge. "Os Partidos." In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política.* Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CAMURÇA, Marcelo Ayres e AARÃO REIS. "O Movimento REVOLUCIONÁRIO 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB." In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel. *As esquerdas no Brasil:* Revolução e democracia (1964...), volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Cícero Péricles. *Alagoas 1980-1992:* A esquerda em crise. Maceió: EDUFAL/LUMEN/ENGENHO, 1993.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. "Breve história do 'comunismo democrático' no Brasil." In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel. *As esquerdas no Brasil:* Revolução e democracia (1964...), volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros.* História e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, 1995.

PANDOLFI, Dulce Chaves. "A trajetória de Luís Carlos Prestes." In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel. *As esquerdas no Brasil:* Revolução e democracia (1964...), volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos* – Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SEGATTO, José Antonio e SANTOS, Raimundo. "A valorização da política na trajetória pecebista: dos anos 1950 a 1991" In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do Marxismo do Brasil.* Volume 6. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SILVA, Fabrício Pereira. *Utopia dividida:* crise e extinção do PCB (1979-1992). Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

VICENT, Gerard. “Ser comunista? Uma maneira de ser.” In: PROST, Antoine & VICENT, Gerard (Orgs.). *História da vida privada.* V. 5. (da Primeira Guerra a nossos dias). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.